

## Trabalho apresentado no 20º CBCENF

**Título:** VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA  
**Relatoria:** THAIS MACHADO SANTOS ANDRADE  
ANA PAULA ARAGÃO SANTOS  
**Autores:** NOEMIA SANTOS DE OLIVEIRA SILVA  
RENATA SANTOS OLIVEIRA  
NUBIA FRANCA PASSOS RIBEIRO  
**Modalidade:** Pôster  
**Área:** Trabalho, Ética e Legislação profissional  
**Tipo:** Pesquisa  
**Resumo:**

No Brasil, a violência obstétrica consiste em um problema de saúde pública de caráter multifatorial, de crescente relevância e de grande repercussão sobre a saúde de mães e nascidos. Objetivo: Discutir a respeito da violência obstétrica vivenciada por mulheres brasileiras a partir da revisão integrativa da literatura. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de caráter exploratório, baseado em artigos científicos da base eletrônica de dados LILACS e SCIELO, selecionados durante os meses junho a julho de 2017. Critérios de inclusão do estudo: artigos apresentados com texto na íntegra, escritos em português, com no máximo 10 anos de publicação que abordassem a violência obstétrica vivenciadas por mulheres brasileiras. Foram excluídos do estudo: monografias; anais de eventos; dissertações e teses. Resultados: Evidenciou-se nesse estudo, o tratamento desrespeitoso, com maus tratos e juízos de valor com as parturientes durante o trabalho de parto, tais como: falta de manejo da dor, ocorrência de complicações, mesmo após a alta médica, que ameaçam a integridade física tanto da mulher quanto do bebê, dificuldades na comunicação, realização de algum procedimento desrespeitosamente, discriminação por condição social ou cor, sobretudo, por tratamento grosseiro marcado pela impaciência ou indiferença dos profissionais, e por falas de cunho moralista e desrespeitoso. Conclusão: No contexto da assistência em maternidades, às mulheres sofrem agressões verbais, são submetidas a procedimentos desnecessários que aumentam a dor e desconforto, são desrespeitadas com jargões, não recebem orientação e não participam das decisões sobre o próprio parto. É importante ressaltar que a principal estratégia de enfrentamento da violência institucional obstétrica é a propagação do conhecimento as mulheres sobre os direitos das gestantes desde as consultas do pré-natal.